



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 3º Andar, Sala 314  
CEP 70049-900 Brasília-DF  
Telefone: (61) 3312-9003/(61) 3312-8753 seprod@defesa.gov.br

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES MÚTUAS  
Nº 03/SEPROD/2021-MD QUE CELEBRAM  
ENTRE SI O MINISTÉRIO DA DEFESA  
(MD) E A ASSOCIAÇÃO PARQUE  
TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS (APTSJC) NA FORMA ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA**, doravante denominado **MD**, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco "Q", Plano Piloto, Brasília, DF, CEP 70049-900, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado pelo Secretário de Produtos de Defesa, Senhor **MARCOS ROSAS DEGAUT PONTES**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 961043 SSP-DF e inscrito no CPF sob o nº 428.874.611-68, nomeado pela Portaria nº 1.508/Casa Civil-PR, de 4 de abril de 2019, bem como com a delegação de competência para assinar Acordos de Cooperação ou outros instrumentos congêneres atinentes à sua área de atuação que não envolvam transferência de recursos financeiros, conforme Portaria GM-MD nº 869, de 22 de fevereiro de 2021, secundado pelo Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação, General de Divisão **LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 026806012-6/EB e inscrito no CPF sob o nº 703.351.177-91, nomeado pelo Decreto de 24 de março de 2021, publicado no DOU nº 57, Seção 2 de 25 de março de 2021, de outro lado, **ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecido na Avenida Doutor Altino Bondesan, 500 - Distrito de Eugênio de Melo, São José dos Campos (SP), inscrita no CNPJ sob o nº 09.105.890/0001-70, doravante denominada **APTSJC**, neste ato representada pelo Sr. Diretor- Geral **MARCELO NUNES DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, CPF nº 016.905.778-00, também denominados Partícipes, nomeado na 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do dia 14 de junho de 2021, quando referidos em conjunto, ou Partícipe, quando referidos individualmente.

## CONSIDERANDO:

- a) Que o **MD** tem por competência:
  1. Propor os fundamentos para a formulação e a atualização da política de ciência, tecnologia e inovação de defesa, para o desenvolvimento tecnológico e a criação de novos Produtos de Defesa (PRODES), e acompanhar sua execução;
  2. Coordenar atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa;
  3. Propor bases para a formulação e a atualização da política de ciência, tecnologia e inovação para a defesa e acompanhar sua execução;
  4. Avaliar, aperfeiçoar e coordenar o funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; e
  5. Promover e acompanhar atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais.
- b) Que a **Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos (APTSJC)** é gestora do Parque Tecnológico São José dos Campos - PqTec desde 2007, apoiando as atividades empresariais intensivas em conhecimento e administra dois clusters Aeroespacial & Defesa e de Tecnologia da Informação & Comunicação, reconhecidos pelo Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação e conveniados aos Ministério da Economia e Ministério das Relações Exteriores, tendo como principais objetivos o fortalecimento do elo entre governo, universidades e empresas em sinergia ao ambiente do PqTec.
- c) Que o **Parque Tecnológico São José dos Campos (PqTec)**
  1. É um ambiente que promove ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo, sempre em busca do desenvolvimento das empresas e instituições vinculadas;
  2. É o ponto de conexão entre empresas de todos os portes, universidades e institutos de pesquisa, políticas públicas e sociedade;
  3. Está presente em todas as fases de um negócio, desde a ideia até a internacionalização; e
  4. Tem a missão de promover projetos de inovação integrando academia, empresas e o poder público,

## RESOLVEM:

Celebrar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES em observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e à supremacia do interesse público, com o objetivo de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, maximizar os resultados institucionais, em conformidade com as condições dispostas nas cláusulas abaixo, nas quais registram suas intenções de atuação.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES tem por objeto a união de esforços dos partícipes para definir as formas de incentivar e facilitar a integração entre o MD e a APTSJC – PqTec a fim de fortalecer o elo entre Universidades, Indústria e Governo, visando a parcerias tecnológicas e promoção de negócios a partir do planejamento e da



realização de visitas técnicas, eventos nacionais e internacionais para divulgar produtos, pesquisas, serviços e empresas associadas referentes à área de Defesa e de Ciência, Tecnologia e Inovação e a sua interface com as demais Políticas Públicas

1.2 - Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Protocolo de Intenções, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

1.3 – Certifica-se a capacidade humana e operacional do MD e do PqTec para cumprir as ações conjuntas às ações previstas no referido Protocolo de Intenções, pela especialização em ciência, tecnologia e inovação na área de Defesa dos partícipes, gestores e servidores envolvidos no Protocolo, tais como especialistas em gestão de projetos, tecnólogos, mestres, doutores e pós-doutores que compõem o quadro de servidores do DECTI e do PqTec, que, além disso, pode contar com outros especialistas de diversos setores do MD e das Forças Singulares, e por parte do PqTec com especialistas de diversas indústrias e *startups* de seu Polo Tecnológico.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1 – O (s) instrumento (s) específico (s) oriundos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES serão celebrados com fundamentos na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores ou em outras normas legais pertinentes.

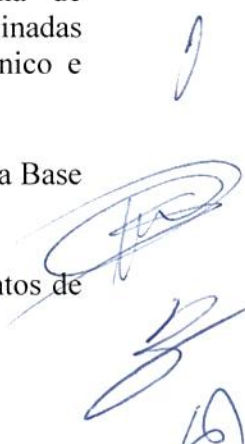
2.2 – Como prova regimental, acosta-se no processo desse Protocolo de Intenções Mútuas o Estatuto Social do APTSJC, bem como o a Convocação da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do dia 14 de junho de 2021, nomeando o Sr. **MARCELO NUNES DA SILVA** como Diretor-Geral do APTSJC.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS AÇÕES DECORRENTES DESTES PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

3.1 - A execução de Programas, Projetos e Atividades nas várias áreas de interesse comum decorrente do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES serão objeto da assinatura prévia de instrumento(s) específico(s), que definirão as condições, os objetivos específicos, as responsabilidades técnicas e administrativas dos partícipes, os produtos, bem como os recursos financeiros envolvidos com a consequente forma de financiamento, que serão formalmente estabelecidos entre as partes nominadas interessadas em desenvolver atividades que promovam o aperfeiçoamento técnico e científico correlatos.

3.2 – As ações a serem desenvolvidas conjuntamente em prol do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) poderão contemplar, entre outras:

3.2.1 – o planejamento e realização de visitas técnicas, seminários e outros eventos de natureza técnica em temas de comum interesse;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

3.2.2 – o compartilhamento de informações e dados, obedecendo às prerrogativas da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

3.2.3 – o incentivo aos estudos e desenvolvimento de produtos e serviços para áreas estratégicas ao desenvolvimento nacional;

3.2.4 – o intercâmbio de informações e dados não confidenciais relativos a interesses mútuos com outros países nas áreas de ciência, defesa, tecnologia e inovação;

3.2.5 – o planejamento de longo prazo e a realização de eventos para o fomento da comercialização e a divulgação de empresas, produtos e serviços;

3.2.6 – o planejamento e a participação em missões nacionais e internacionais para reconhecimento de tecnologias e estabelecimento de contatos para potenciais negociações comerciais;

3.2.7 – a elaboração de estudos técnicos e subsídios para o estabelecimento de políticas públicas.

3.2.8 – Continuar certificando capacidade humana e operacional do MD e do PqTec para cumprir as ações conjuntas às ações previstas no referido Protocolo de Intenções, conduzindo especializações em ciência, tecnologia e inovação na área de Defesa dos partícipes, formando gestores e servidores envolvidos no Protocolo, tais como especialistas em gestão de projetos, tecnólogos, mestres, doutores e pós-doutores que compõem o quadro de servidores dos partícipes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1 O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES não implica compromissos financeiros, transferências de recursos ou encargos financeiros entre os partícipes e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou danos a equipamento, instalações e materiais emprestados por um partícipe ao outro.

4.2 – Para a consecução de projetos, planos de trabalho, planos de atividades, obrigações, responsabilidades, encargos financeiros e transferências de recursos, os partícipes firmarão, para cada qual, um Instrumento específico adequado para este fim.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

5.1 – Este PROTOCOLO DE INTENÇÕES vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo celebrado pelos partícipes.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

6.1 - Os partícipes divulgarão a íntegra do Protocolo de Intenções e de eventuais termos aditivos em seus respectivos sítios eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura.



6.2 - Os gestores para fiscalização do instrumento proposto serão o Ten Cel Av **NÉLSON ALEX ROSO**, brasileiro, divorciado, CPF nº 915863720-68, identidade nº 496543, e o Ten Cel **JORGE ALBERTO VALLE DA SILVA**, brasileiro, casado, CPF nº 042806717-45 e identidade nº 018750203-4.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO**

7.1 - Quaisquer solicitações de divulgação na mídia deverão ser dirigidas reciprocamente entre os partícipes, obtendo-se prévia aprovação quanto ao conteúdo a ser veiculado e à correta utilização de suas marcas, observado o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal e na Instrução Normativa SECOM-PR nº 2 de 20 de abril de 2018.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO**

8.1 O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificações por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido, independentemente de notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial, quando houver descumprimento das responsabilidades assumidas, bem como devido à superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e auferindo as vantagens decorrentes do ajuste no período de sua vigência, respeitadas as obrigações assumidas perante terceiros.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

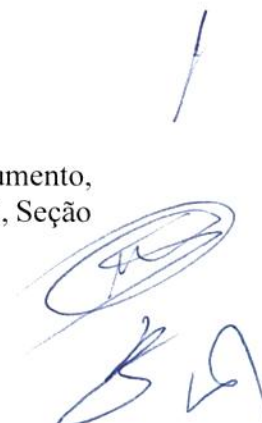
9.1 – Os casos omissos surgidos durante a execução deste instrumento serão resolvidos administrativamente entre os partícipes, mediante entendimento dos respectivos representantes ou, quando necessário, por meio de Termo Aditivo, observadas, no que couber, as regras e princípios previstos na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

10.1 – Eventual controvérsia decorrente da execução deste instrumento que não possa ser resolvida diretamente entre os partícipes será submetida à tentativa de conciliação perante a Advocacia Geral da União, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 – O foro competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be a stylized 'B' followed by 'A'.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1 – Este PROTOCOLO DE INTENÇÕES poderá ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto, mediante Termo Aditivo ou notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CÓPIAS

13.1 – Serão extraídas cópias do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, destinando-se uma via para as seguintes Organizações:

- Ministério da Defesa;
- Associação Parque Tecnológico São José dos Campos – (APTSJC); e
- Para publicação dos respectivos sítios eletrônicos do partícipes.


E assim, por estarem justos e de acordos, os partícipes assinam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES. Em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que se produza os efeitos legais, em juízo e fora dele.

Brasília, DF, 13 de setembro de 2021.

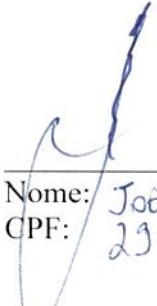
Pelo MD:

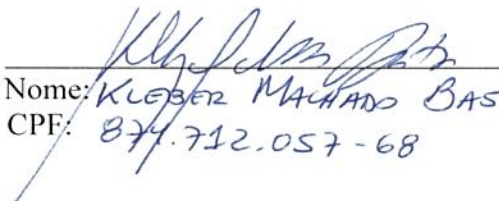
  
\_\_\_\_\_  
MARCOS ROSAS DEGAUT PONTES  
Secretário de Produtos de Defesa

Pela APTSJC

  
\_\_\_\_\_  
MARCELO NUNES DA SILVA  
Diretor-Geral da APTSJC

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: João Marcelo da Paixão  
CPF: 290.266.538-59

  
\_\_\_\_\_  
Nome: KLEBER MACHADO BASTOS  
CPF: 874.712.057-68